

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EVOLUÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

José Carlos Pereira
cpzeca@uol.com.br
PUC
Doutor

Nos últimos dez anos despontou-se no Brasil uma nova configuração nos quadros da Igreja Católica. Por um lado temos os resultados das pesquisas censitárias (IBGE) mostrando a diminuição no número de católicos. Por outro, os dados das pesquisas do CERIS mostrando um avanço e um crescimento no número de paróquias, bem como a expansão do catolicismo e áreas onde antes a Igreja Católica não tinha muita representatividade. Diante desses dois quadros, aparentemente antagônicos, desenvolvo aqui uma reflexão, com base em pesquisas de campo, mostrando que esses dois resultados não são totalmente conflitantes e que ambos os Institutos de pesquisas revelam, a sua maneira, dados que contribuem para o entendimento do atual mapa da Igreja Católica no Brasil e a sua evolução, que passa mais pelo aspecto qualitativo do que quantitativo.

Palavras chaves: comunidade, sociedade, catolicismo, mudanças, desigualdade.

As mudanças na configuração da Igreja no Brasil aqui registradas trazem, entre outros dados, um retrato do atual quadro de nossas paróquias, bem como o número de agentes de pastoral consagrados (sacerdotes, diáconos, religiosos/as) que atendem a população católica de nosso país, confirmando, assim, as necessidades de conversão pastoral, apontadas pela Conferência de Aparecida. Dentre as mudanças que o censo revela, nas suas diversas vertentes, chamadas aqui de evolução da Igreja no Brasil, estão contempladas, por exemplo, a evolução do número de paróquias por regional da CNBB (1940-2010) e a média de crescimento anual destas neste período; a evolução do número de circunscrições eclesiais (1991-2010); a evolução do número de diáconos permanentes neste mesmo período; a evolução do número de presbíteros brasileiros e estrangeiros (1970-2010); a evolução do número de religiosas, incluindo professoras, noviças e professoras egressas; a evolução do número de habitantes por presbítero (1970-2010); a relação entre habitantes por presbítero (1970-2010) e o percentual da evolução destes indicadores nos anos de 1990 a 2010, entre outros

dados. Esta amostragem do CERIS contesta, por um lado, teorias como a da *secularização* e a do *enfraquecimento da Igreja Católica*, que perde fiéis para outras denominações religiosas, ou mesmo para o ateísmo, como algumas pesquisas censitárias apontam. E por outro, reforça a tese de Zygmunt Bauman de que a busca pela comunidade religiosa, a Igreja ou a vida sacerdotal, é a busca por segurança num mundo de inseguranças.

O primeiro dado estatístico a ser analisado corresponde à tabela da evolução das paróquias no Brasil, por regional da CNBB, entre os anos de 1994 ao ano de 2010. Entenda aqui evolução no sentido de aumento no número de paróquias, que é o que os dados estatísticos desta tabela expõem. Porém, essa evolução numérica reflete outras formas de evolução que ajudam a entender melhor a realidade da Igreja hoje, nas suas atuais configurações, inclusive, a do suposto reencantamento religioso católico, ao qual se atribui a estabilidade ou a evolução nos seus quadros. Porém, está análise segue por outro caminho, mais crítico e mais polêmico, que é o da relação de apoderamento pessoal e institucional propiciado por uma religião ainda expressivamente majoritária, que goza de credibilidade e estabilidade conquistada pela sua história de comprometimento social, mas também de entrelaçamento com o Estado, cujos reflexos ainda subsistem e influenciam situações políticas e sociais.

A tabela, ou quadro, supracitado, mostra um crescimento vertiginoso no número de paróquias entre os anos de 1994 a 2010, em diversas regionais da CNBB, com destaque para os regionais Leste 2 e Sul 1, que correspondem a parte do Estado de Minas Gerais e Espírito Santo (Regional Leste 2) e o Estado de São Paulo (Regional Sul 1), que são os dois maiores regionais em número de paróquias e de contingente populacional. Assim sendo, esse aumento representa não apenas uma mudança estrutural, numérica, mas o aumento no número de fiéis, pois os critérios para a criação de uma paróquia levam em conta diversos fatores, dentre eles, o número de participantes, a extensão territorial e a estrutura patrimonial e financeira que dá sustentação a paróquia.

Estes fatores são indicativos de uma realidade social que mostra a evolução do número de fiéis, resultados de um maior empenho missionário da Igreja em diversas frentes, dentre elas o investimento na evangelização, com novo ardor missionário, através dos meios de

comunicação, das visitas missionárias e da formação de agentes de pastoral leigos, que têm assumido o propósito de serem discípulos missionários. Além disso, as novas comunidades religiosas têm também despertado esse reencantamento da fé católica, fazendo com que o número de católicos evoluísse junto com a evolução das paróquias. Deixo aqui um questionamento a ser refletido sobre essa situação: a evolução no número de paróquias se deu devido à evolução no número de fiéis, ou o número de fiéis evoluiu devido à evolução do número de paróquias?

Os teóricos da secularização dizem que a religião está fadada ao fracasso, mas o que vemos é o contrário, pois à medida que surge a necessidade da criação de mais paróquias e estas de serem setorizadas, ampliando, assim, o seu alcance, supõe-se que os resultados são de uma maior adesão religiosa, inclusive de pessoas afastadas, e é esta uma das metas propostas pelo Documento de Aparecida, pela Missão Continental e pelas novas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: ir ao encontro dos afastados. De fato, a religião não morreu como prevêm os teóricos da secularização, e o catolicismo ainda é a religião da maioria do povo brasileiro, como revelou o último censo do IBGE. Nem a modernidade e nem o avanço do pentecostalismo e do ateísmo conseguiram enfraquecer o catolicismo. É aqui que entra a questão da evolução do número de paróquias em todos os regionais da CNBB, principalmente os de regiões mais populosas, onde era de se esperar um avanço maior de outras denominações religiosas. Podemos perguntar: não seria este o indicativo mais claro da presença atuante da religião católica na vida do indivíduo moderno, dito secularizado? A retomada do seu papel de preponderância na sociedade moderna, frente a tantos desafios, é um fator relevante revelado pela última pesquisa do CERIS. O quadro geral mostra uma vitalidade da religião católica, através de um borbulhar de novas modalidades, ou novas formas de viver a fé católica, através das novas comunidades, novos movimentos eclesiais e da volta às origens dos ideais das primeiras comunidades cristãs, que tem refletido outro quadro estatístico que é da evolução do número de presbíteros entre os anos de 1970 e 2010, conforme vemos na atual planilha do CERIS. Isso indica um retorno ao catolicismo dos afastados, mas também uma identificação maior daqueles que já praticavam o catolicismo, mas não se sentiam muito firmes, identificados com a doutrina católica. Sendo assim, por

mais que se diga que houve aumento no número dos que se dizem sem religião, ou que cresceu o interesse e as adesões a novos grupos religiosos e a novas igrejas, a Igreja Católica se revela ainda mais estruturada e em franca expansão, com seus empreendimentos missionários, como, por exemplo, os que foram propostos pela Missão Continental, que está em pleno andamento e dando frutos nas paróquias que vivem agora a sua quarta e quinta etapa, que é a das missões setoriais ou locais e a missão territorial.

Deste modo, o quadro da evolução do número de paróquias mostra que o catolicismo está aí, vivo e vicejante. A teoria do desencantamento do mundo e da sua secularização, apontada Max Weber e seus seguidores, não é de todo verdadeira neste período que estamos presenciando uma volta ao sagrado e das tradições religiosas católicas presente nas posturas e práticas de seminaristas e padres. De acordo com teorias sociológicas, o desencantamento se dá pela luta entre magia e religião e a secularização se dá pela luta entre ciência (e tecnologia) e religião, sendo que é pela secularização que se dá a privatização da religião, algo que não está contemplado nos atuais moldes da Igreja Católica que propõe para as paróquias um modelo de vida comunitária, que a torne Comunidade de comunidades. O sociólogo Raymond Lee, para o qual a ideia-chave do reencantamento é, justamente, a do *deslocamento do sagrado*, a secularização corrói o poder da autoridade religiosa e, ao mesmo tempo, abre espaços para a elaboração de novas formas religiosas baseadas na experiência pessoal, o que não condiz com a atual conjuntura da Igreja Católica que enfatiza a formação de comunidades como a maneira mais eficaz de se viver de acordo com os princípios evangélicos. Por isso, um recuo na participação religiosa não representa um recuo da fé, mas um desencantamento com certas estruturas e ocorrências no seio de nossas paróquias que carecem de uma renovação para chegar até estas pessoas que, apesar de terem se afastado, continuam católica, ou de matriz católica. É um processo de conquista ou reconquista que devemos ter para continuar a reaver os nossos fiéis. Assim, a criação de novas paróquias representa uma maior aproximação destas realidades e de pessoas e, conseqüentemente, o seu retorno. Isso mostra que o paradigma da secularização deve ser repensado na atual conjuntura religiosa católica.

Junto com a evolução no número de paróquia, ocorreu a evolução do número de circunscrições eclesíásticas, porém, como era de se esperar, em proporção bem menor. Mas

isso não significa dissonância com os dados dantes apontados. Pelo contrário, a evolução deste quadro é condizente com a evolução do quadro anterior, tendo em vista o que cada uma delas representa na esfera eclesiástica. Vimos que em 1991 o número de circunscrição eclesiástica era de 255 e em 2010 de 276, sendo, portanto, uma evolução significativa comparada a outras épocas. Dentro desta evolução, evoluiu também o número de diáconos permanentes, passando de 632 em 1991, para 2.711 em 2010, mais que triplicando seu número em apenas vinte anos. Evolução ainda maior ocorreu com o número de presbíteros no Brasil nos últimos quarenta anos (1970-2010). Vemos neste quadro que em 1970 eram 5.040 dioceses com um total de 13.092 padres. Em 2010 o número de diocese passou para 14.091 e o número de padres chegou a 22.119, num aumento avassalador. Situação inversa se encontra no quadro da evolução do número de religiosas (incluindo professoras, noviças e professoras egressas), que caiu de 35.039 em 1961, para 33.386 em 2010, revelando uma queda acentuada. Uma das justificativas desta queda está no fato de que até 1969, os números incluíam, equivocadamente, os membros dos Institutos Seculares Femininos, mas mesmo assim, constata-se que não houve avanço. O avanço se deu no ramo masculino das ordenas sacras, o que aponta para outra situação que merece uma análise mais acurada, a qual não há espaço aqui para desenvolvê-la, mas, mesmo assim, quero apontar alguns indicativos sociológicos desta situação que estes quadros revelam.

Associamos esse índice evolutivo no quadro de presbítero aos fatores sociais destas décadas, ou seja, se verificarmos a conjuntura da sociedade neste período, perceber-se-á que a crise social, principalmente o desemprego e suas conseqüências, na década de noventa e na década de dois mil, contribuíram para desencadear tais mudanças no campo das vocações sacerdotais. Para essa conclusão é preciso comparar os dados do censo anterior feito pelo CERIS com o atual. Segundo dados do censo anual da Igreja Católica (CERIS, 2005), sobre o perfil do clero brasileiro, os padres vindos de famílias abastadas eram em quantidade bem menor se comparados com outros tempos. O reflexo mais acentuado desta mudança está nos seminários que mudou a composição de seus quadros quanto à origem social dos seminaristas. Segundo o CERIS, a maioria das vocações sacerdotais era nesse período proveniente da zona rural (56%), seguida da zona centro - urbana (30%) e da periferia urbana (13%), como

pudemos conferir na sondagem feita pela CRB (2005) entre os padres das Ordens e Congregações Religiosas, cujos dados são similares. Assim sendo, as famílias mais humildes, das regiões mais pobres, são hoje as que, em geral, geram o maior número de candidatos ao sacerdócio. Se no passado a região sul do Brasil liderava em número de ingressos nos seminários, conforme dados estatísticos da OSIB/2005 (Organização dos Seminários Maiores do Brasil), na atualidade este quadro se inverteu. O nordeste é, no momento, a região brasileira que tem maior índice de ingressos para a vida eclesial, tanto para os seminários diocesanos quanto para os seminários religiosos, enquanto que no sul este índice vem diminuindo gradativamente, segundo o cruzamento de dados da OSIB/2005 e CRB/2005.

Os dados anteriores da pesquisa do CERIS (2005) e os atuais vieram confirmar outra investigação desenvolvida na década de 80 pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), e coordenada pelo sociólogo da USP, Antônio Flávio Pierucci, sobre a origem social dos padres. Nesta ocasião, ficou demonstrado que, de fato, os padres não pertenciam mais às famílias aristocráticas como antes se constatava. Eram agora filhos de operários, trabalhadores autônomos e pequenos produtores. O que se pode constatar nesta pesquisa é que os filhos dos grandes proprietários já representavam, nesta década, um percentual muito abaixo, quando comparados aos filhos dos autônomos ou dos que trabalhavam por conta própria. Realidade bem distinta da que tínhamos no perfil do clero do período colonial. Portanto, como podemos perceber, a origem humilde do clero se revela no item dos pais assalariados, com cargo de não chefia, apontados nas pesquisas de Pierucci. No Estado de São Paulo, no regional sul 1 da CNBB, que se destaca na pesquisa atual do CERIS em número de paróquias e de presbítero, eles representam, segundo dados do CERIS/2005, 42,3%, enquanto que em outros Estados somam 20,7%. Assim sendo, não dá mais para afirmar que o clero hoje pertence às classes privilegiadas, como sentenciou, em seu tempo, o sociólogo Gilberto Freyre (1959: 139).

Dessa maneira, os resultados das atuais pesquisas, além de comprovar que os padres não vêm mais de camadas sociais abastadas, demonstram que tal vocação ainda é um indicativo que contribui para a inclusão social pelo fator da instrução. Essa tese se confirma numa outra tabela de pesquisas censitárias anteriores feitas pelo CERIS, em que aparece o

nível de escolaridade dos pais dos padres. Afirma Pierucci que “cabe chamar a atenção para o fato de o clero constituir-se sociologicamente numa camada de intelectuais com altíssima escolaridade, que, no entanto, se recruta de famílias com níveis educacionais bem baixos” (Pierucci & Prandi, 1996: 142). Famílias que pela condição econômica e social não tiveram oportunidade de estudar porque são, de fato, pobres.

Segundo Pierucci, hoje “os padres costumam sair do povo, do povo comum, do povo simples. Dos muito simples, por sinal. E sobem muito na vida em capital cultural” (Pierucci & Prandi, 1996: 142). É, portanto, essa ascensão social que faz com que o sacramento da ordem seja um sacramento de inclusão social. O que se conclui é que, no imaginário religioso, ser padre é sinônimo de condição social privilegiada. À vista disso, grande parte dos católicos relaciona com os padres de maneira diferenciada, colocando-os à parte de outras categorias sociais e, com isso, concede-lhes certos tratamentos privilegiados que somente um representante do sagrado poderia receber. O fato de ainda se conservar essa visão privilegiada do clero, há os que chegam ao seminário com o intento dessas prerrogativas, tornando-se, mais tarde, padres que legitimam tal *status*.

Pelo que pudemos observar, o quadro vocacional da década de 90 está, relativamente, mais estável que os de décadas anteriores e os da década atual obteve um aumento significativo. Nesta perspectiva, o ingresso e a permanência, o vínculo oficial na hierarquia eclesiástica, tornam-se, portanto, algo apropriado àqueles que almejam seguir a carreira nessa área. Dado que o sacramento da ordem, acima de tudo, outorga ao padre estabilidade e poder. Estabilidade, porque o mesmo não está sujeito às vulnerabilidades, como o desemprego, que atinge outras categorias. Além disso, a Igreja lhe confere autoridade para *ligar e desligar as coisas na terra e no céu* (cf. Mt 16, 19), ou seja, confere-lhe o poder simbólico, sagrado, transcendente, cujo domínio o torna um ser diferenciado na sociedade. Desse modo, um de seus campos de ação, a paróquia, torna-se um território demarcado e o templo, por sua vez, figura-se no espaço sagrado, onde, num sentido figurado, se pode “abrir e fechar portas”. Como assegura Pierre Bourdieu (1992: 39), o padre torna-se um especialista religioso que monopoliza a gestão dos bens de salvação. Esse poder lhe é conferido pela sua denominação honorífica, a qual, por ser considerada sagrada, o destaca dos demais “leigos ou profanos, no

duplo sentido do termo” (Bourdieu, 1992: 39). Particularidade que lhe granjeia certa reputação na relação social, cuja dignidade da função o notabiliza entre os demais. Dessa forma, a categoria ou o título é a razão principal ou fundamento, que contribui para justificar e legitimar sua ação controladora de bens simbólicos. À vista disso, a distinção entre o poder simbólico e o poder exercido pelos agentes de posições formalmente poderosas reside no fato de que esse tipo de poder, o religioso, não aparenta estar interessado pelo controle e domínio de outros, embora de fato esteja. É o que o torna eficaz.

Em sociedades estratificadas como a nossa, os títulos sempre foram instrumentos de poder e tiveram funções de distinção, separando e hierarquizando grupos e indivíduos. Os títulos conferidos aos padres servem também para classificar e distinguir uns dos outros, diferenciando os mais e os menos respeitáveis no quadro eclesial. Destas classificações dentro da Igreja surgiu a nomenclatura de *alto* e *baixo clero*, utilizada para reforçar diferenças dentro e fora da Igreja. Assim sendo, funções ou títulos são dispositivos do poder, são representações de superioridade e de domínio. Quanto mais funções e títulos têm um indivíduo, mais visibilidade terá perante a comunidade e a sociedade e isso lhe confere uma posição diferenciada, no sentido de privilégios. Na Igreja Católica, há uma série de *títulos* que são atribuídos aos padres, cuja função é viabilizar a ascensão eclesial e social, conferindo notabilidade e respeitabilidade ao receptor, e, à vista disso, eles são desejados por boa parte do clero. Dentre os títulos mais conhecidos, distribuídos pela Igreja, estão os de monsenhor, cônego, pároco, capelão, vigário, vigário episcopal, chanceler, entre outros. Além do poder beneficiado pela titulação, há outra modalidade de poderio favorecido pelo poder intelectual ou erudição intelectual.

Voltando ao tema da evolução do número de presbítero, relacionadas a outras categorias de evolução apresentadas pela pesquisa censitária do CERIS, vale lembrar que até a década de 60, devido ao regime mais rígido, o número de perseverança nos seminários era mais reduzido. Nas duas últimas décadas, este quadro sofreu acentuadas mudanças e o crescente número dos ingressos que perseveraram, sugere a agregação de uma série de fatores que contribuem para essas mudanças, como, por exemplo, a abertura e as facilidades na vida dos internos somados ao crescimento populacional e o acentuado processo de estratificação

social, resultado do crescimento demográfico, e, consecutivamente, a competitividade e o empobrecimento da população que diminuíram as perspectivas de ascensão social. Segundo as pesquisas anteriores do CERIS, o número de vocações para a vida sacerdotal e religiosa teve um crescimento considerável na década de 90, período em que, coincidentemente, o país sofreu uma redução significativa na taxa de emprego. Segundo Paul Singer (2003: 14), no Brasil, a década de 90 foi marcada pelo aumento do desemprego e mudanças nas relações trabalhistas. Diante desse quadro, houve reflexo no número de ingressos nos seminários e o crescimento vocacional pode, sim, representar o resultado desse processo e não tanto uma descoberta do valor religioso, ou encantamento religioso, como muitos podem intuir. Pode, portanto, representar mais uma busca de segurança do que vocação religiosa propriamente dita, como indiretamente sentenciou Bauman.

Através desses dados expostos nos quadros do último censo, comparados com os anteriores, foi possível comparar e inferir conclusões sobre o crescente número dos ingressos para a vida sacerdotal e a evolução do número de presbíteros das últimas décadas. Concluimos, portanto, que houve no Brasil, nesse período, um aumento progressivo em todas as etapas da formação sacerdotal e esse crescimento está associado a certos indicadores sociais. Vimos que, no ano de 1990, os seminaristas menores diocesanos somavam 2.723. Dez anos depois, no ano de 2000, já somavam 3.412, tendo, portanto, um aumento de 25,3% no número de ingressos. Constata-se também um aumento desse percentual na medida em que o processo formativo avança, demonstrando, com isso, um maior índice de perseverança quando comparado com épocas anteriores. Pelos dados estatísticos, o número dos chamados seminaristas maiores (que freqüentam curso universitário), aumentou nestes últimos dez anos em 66,7%. Em 1990, eles somavam 3.147, dez anos depois (ano 2000) já eram 5.247. Embora em menor porcentagem, os Institutos Religiosos também mostraram crescentes números de suas vocações, revelando que ser padre, tanto diocesano quanto religioso, ainda é algo promissor mediante a crise social e a instabilidade econômica. Tal conclusão foi baseada no cruzamento de dados obtidos nos quadros de ingressos nos seminários, índice de perseverança e as crises sociais, além das entrevistas com padres e seminaristas de diversas regiões do Brasil, fornecido pelo CERIS, de pesquisas anteriores, e as eu que fiz para uma tese de

doutorado. Mesmo que a busca de segurança seja um fator motivador do ingresso para a vida sacerdotal e a permanência nela seja por motivos similares, evoluindo, assim, o quadro de presbíteros da atualidade, o que se constata entre o clero brasileiro é que boa parte dele ainda se sente inseguro e preocupado com o futuro da Igreja. A pesquisa do CERIS (2004) sobre o perfil do presbítero brasileiro, no item sustentabilidade, revelou esse dado que ajuda a confirmar os dados apresentados no último senso.

Como vimos em outra pesquisa do CERIS (1994-2000), e nos dados dessa última, não obstante a preocupação dos presbíteros diocesanos com o dado da sustentabilidade da categoria, o crescimento das vocações para o clero religioso cresceu, aproximadamente, 38%. Esse dado confirma essa busca por segurança, uma vez que 77% dos padres religiosos afirmaram estar suficientemente amparados. Mesmo assim, o quadro da evolução do contingente presbiteral do clero diocesano nas diversas regionais da CNBB também aumentou. Houve um aumento progressivo de ordenações entre os anos de 1994 e 2000, o que ajuda a confirmar a tese da maior perseverança nas últimas décadas. Essa evolução continuou crescente na década seguinte. A região que mais teve aumento foi a Sul 1, que corresponde ao Estado de São Paulo. A mesma passou de 1.596 em 1994, para 2.026 no ano 2000, somando um total nesses sete anos de 12.696 padres diocesanos. A região Nordeste 2 teve um aumento significativo no seu quadro, passando de 552 em 1994 para 715 em 2000. Esse crescimento se justifica pela demografia da região, levando em consideração também que boa parte desses ingressos na região Sul 1 da CNBB são de membros oriundos de famílias migrantes da região nordeste.

Outro fator que ajuda a confirmar a tese da vocação sacerdotal motivada pela inclusão social é a má distribuição deste contingente de padres nas diversas regiões do Brasil. A região sudeste, a mais desenvolvida economicamente, conta com o maior número de padres, enquanto que a região norte, onde concentram os maiores desafios econômicos, além de ser a maior em extensão territorial, o número de padres é bem menor quando comparado a outras regiões, principalmente com a região sudeste, conforme mostrou os dados do CERIS/2004, o que não mudou muito na atualidade. A pesquisa mostrou que “o clero brasileiro está concentrado em duas regiões brasileiras: sudeste (45%) e sul (25%). A presença do clero nas

regiões nordeste (16%) e centro-oeste (9%) é relativamente pequena. A região norte é a que mais sente a ausência do clero, com apenas 3% do seu total” (CERIS, 2004: 10).

Diante desse quadro de escassez de padres no norte e acúmulo no sul e sudeste, urge reestruturar a ação missionária da Igreja, com campanhas de redistribuição do clero brasileiro, sendo esse, portanto, um dos desafios da atualidade da Igreja na demanda com outras denominações religiosas pelo território de evangelização. Não são muitos os que querem deixar a comodidade de suas paróquias nas regiões desenvolvidas para se arriscarem na incerteza da Amazônia. O fato é que a má distribuição do clero é outro elemento que vem confirmar o que estamos expondo desde o início desta reflexão.

Outro dado relevante sinalizado nestas pesquisas censitárias do CERIS, e que contribui para fundamentar esta análise, corresponde ao item da evolução do número de religiosas. O aumento é bastante reduzido quando comparado a evolução no número de presbíteros. A vida religiosa feminina não oferece as mesmas perspectivas que a vida sacerdotal e, assim sendo, os fatores de atração são bem menores.

Enfim, mesmo com essa evolução significativa no número de presbítero, ainda há certa defasagem em relação ao quadro da evolução do número de presbítero por habitantes. O quadro atual apresenta uma relação de 8.624,97 habitantes por presbítero. Esse seria um bom percentual se não fosse à má distribuição de presbíteros, como vimos anteriormente, e o baixo índice de evolução no número de paróquias das regiões de maior extensão geográficas, como, por exemplo, a já citada região Norte. Embora tenha tido certa evolução, conforme o gráfico apresentado pelo censo, ainda é baixa quando comparada as extensões territoriais de determinadas paróquias e regionais.

Diante desta realidade, urge trabalhar ainda mais as formação do clero, no aspecto missionário, e a formação dos leigos para que sejam discípulos missionários, colaboradores ativos no processo de evangelização desta crescente realidade eclesial brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

- BERGER, Peter L. 1985. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo. Paulinas Editora.
- BOAS, Franz. 2010. A mente do ser humano primitivo. Tradução: José Carlos Pereira. Petrópolis/RJ. Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. A economia das trocas simbólicas. 3ª ed. São Paulo. Perspectiva.
- _____. 1988. O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- BUBER, Martin. 1987. Sobre a comunidade. São Paulo. Perspectiva.
- CELAM. 1987. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo/Brasília/DF. Paulus/Paulinas/CNBB.
- CERIS. 2004. Perfil do presbítero brasileiro. In: página on line do Ceris. São Paulo. pp. 10-11.
- PEREIRA, José Carlos. 2012. Os ritos de passagem no catolicismo. Cerimônias de inclusão e sociabilidade. Rio de Janeiro. Mauad-X Editora.
- _____. 2009. Religião e exclusão social. A dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da Igreja Católica. Aparecida/SP. Editora Santuário.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. 1996. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo. Hucitec.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. 1997. “Reencantamento e dessecularização. A propósito do autoengano em sociologia da religião”. In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo. pp. 99-117.
- _____. 2003. O desencantamento do mundo. Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo. Editora 34.
- SINGER, Paul. 2003. Globalização e desemprego; diagnósticos e alternativas. 4ª. Ed. São Paulo. Contexto.
- WEBER, Max. 1996. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 11ª ed. São Paulo. Livraria Pioneira Editora.